

CleanAID

Reforçar a Transparência e prevenir a Corrupção na Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento



PROGRAMA

18 de setembro de 2019

CleanAID: o papel das ONGs no reforço da Transparência e prevenção da Corrupção na Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento

18 setembro 2019

Auditório Afonso de Barros, Ed. Ala Autónoma, ISCTE

Em 2017, o Global Financial Integrity (GFI) divulgou o relatório “*Illicit Financial Flows to and from Developing Countries: 2005-2014*”, denunciando que 13,8% do comércio total mundial em 2014 traduzia fluxos financeiros ilícitos provenientes de nações em desenvolvimento, e no passado dia 11 de julho, Dia Africano de Luta contra Corrupção, a Transparency International e o Afrobarometer publicaram a décima edição do Barómetro Global de Corrupção para África (GCB Africa)¹, a maior e mais detalhada pesquisa de opinião pública sobre suborno e outras formas de corrupção em África, dando nota de que mais de um em quatro cidadãos, o equivalente a mais de 130 milhões de pessoas, pagaram subornos nos últimos 12 meses para aceder a serviços públicos, tais como documentos de identidade, saúde e educação.

Um pouco por todo o mundo, a corrupção, a má governança e o desvio de recursos são obstáculos ao desenvolvimento económico, político e social, impactando negativamente o exercício de liberdades e garantias fundamentais. Mas em geografias mais carenciadas, os efeitos da corrupção são especialmente devastadores, sobretudo quando se fazem sentir também nas iniciativas de Ajuda Humanitária e de Cooperação para o Desenvolvimento, tantas vezes determinantes para a supressão de necessidades básicas.

Disso mesmo deu conta o Secretário Geral da ONU Ban Ki-moon em 2012, ao afirmar que, só no ano anterior, a corrupção tinha impedido 30% da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de chegar ao seu destino final², e instigando os países a empreenderem esforços concertados para investigar, prevenir e combater o uso indevido desses fundos.

Três anos mais tarde, este compromisso com a integridade foi vertido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2015), nomeadamente através da *Addis Ababa Action Agenda* (AAAA) que demanda a redução substancial e/ou eliminação de fluxos financeiros ilícitos até 2030.

A União Europeia (UE) em particular tem sido muito ativa, anunciando uma política de tolerância zero à corrupção e a Comissão Europeia (CE) vem trabalhando de modo concertado com os Estados-membros para garantir que os fundos de ajuda da UE são gastos de forma eficaz e, sobretudo, que se mantém a confiança dos cidadãos no sistema europeu de APD³.

A APD continua a ser a maior fonte de apoio ao crescimento económico e bem-estar dos Países em Desenvolvimento, mas os últimos anos vêm demonstrando alterações significativas no modelo de concessão de apoios, e uma redução na afetação de fundos especificamente dirigidos à erradicação da pobreza e erosão das desigualdades sociais nesses países.

¹ https://www.transparency.org/gcb10/africa?/news/feature/global_corruption_barometer_gcb_africa_2019

² ECOSOC 2012 High Level Panel on ‘Accountability, Transparency and Sustainable Development: Turning Challenges into Opportunities’

³ The ‘New European Consensus on Development - Our World, Our Dignity, Our Future’, 2017

De acordo com o relatório CONCORD AidWatch 2018⁴, na União Europeia (UE) - coletivamente responsável por mais de 50% de toda APD - registou-se uma redução de 4% na APD em 2017 face a 2016, sendo este o valor mais baixo desde 2012. A UE está atualmente longe de cumprir o compromisso coletivo de alocar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto a APD, e anualmente são cada vez menos os recursos especificamente dirigidos à cooperação para o desenvolvimento.

Em paralelo com o maior enfoque dado ao acolhimento a refugiados, operações de alívio de dívida pública e à chamada Ajuda Ligada, ou seja, o apoio sob a forma de empréstimos condicionados à aquisição de bens e serviços de empresas dos países doadores, assiste-se a uma pressão sem precedentes sobre a APD e ONGs e profissionais trabalhando na área da Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento, em larga medida fruto da crise financeira e do advento do Populismo, mas também do maior escrutínio da opinião pública sobre o modo como são distribuídos os fundos.

Nunca como agora se questionou tão veementemente o impacto e eficiência das iniciativas de ajuda, e por isso é fundamental colocar no centro do debate também o papel das instituições e profissionais do setor na salvaguarda dos princípios estruturais da APD, o que passa necessariamente por incrementar de forma significativa a transparência das operações e melhorar os sistemas de monitorização, reporte e *accountability*.

Embora a UE disponha de um bom enquadramento institucional para combater o desvio de fundos nas suas próprias operações de Ajuda Humanitária e de Cooperação para o Desenvolvimento, estas são geralmente executadas por terceiros, nomeadamente ONGs ou instituições equiparadas, muitas vezes sem um plano claro de combate à corrupção, sistemas de *due diligence* e de monitorização ou avaliação capazes de atuar eficazmente.

O projeto [CleanAID | Supporting Portuguese NGOs assessing corruption risks in Development and Humanitarian Aid](#) é uma iniciativa da Transparência e Integridade (TI-PT) com o apoio institucional do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL) e co-financiado pelo Programa Cidadão Ativ@s (EEA Grants). Tem como objetivo capacitar as ONGs portuguesas – e em particular as ONGDs – no reforço da transparência e prevenção da corrupção na Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento.

The Global Financial Integrity (GFI) report “*Illicit Financial Flows to and from Developing Countries: 2005-2014*”, published in April 2017⁵, shows that illicit flows in and out of the developing world amounted to at least 13.8 percent of total trade (or \$2 trillion) in 2014, and that significant estimated propensities for illicit flows in the developing world have not declined appreciably over the 2005-2014 period.

On July 11, African Anti-Corruption Day, Transparency International and Afrobarometer launched the 10th edition of the Global Corruption Barometer for Africa (GCB Africa)⁶, the largest and most detailed public survey on bribery and other forms of corruption in Africa, noting that more than one in four people (equivalent to over 130 million people) who accessed public services, such as health care and education, paid a bribe in the previous year.

⁴ <https://concordeurope.org/blog/2018/10/17/aidwatch-report-2018/>

⁵ <https://www.gfintegrity.org/report/illicit-financial-flows-to-and-from-developing-countries-2005-2014/>

⁶ https://www.transparency.org/gcb10/africa?/news/feature/global_corruption_barometer_gcb_africa_2019

Other frequently quoted global estimates that US\$20 to US\$40 billion, corresponding to 20% to 40% of official development assistance, is stolen each year through high-level corruption from public budgets in developing countries and hidden overseas.

Corruption diverts public resources to private interests and hinders democratic governance by destroying the rule of law, the integrity of institutions, and public trust in democratic leadership. It seems that the more aid is disbursed, the more apparent become the problems surrounding the channelling of those funds, including not just lack of capacity in the recipient countries, but also lack of political will to implement mechanisms ensuring accountability and anticorruption practices in many of them.

At the ECOSOC 2012 High Level Panel on 'Accountability, Transparency and Sustainable Development: Turning Challenges into Opportunities'⁷, U.N. Secretary-General Ban Ki-moon denounced the costs of corruption in societies referring that "*Last year, corruption prevented 30 per cent of all development assistance from reaching its final destination*".

Criminal investigations on the misuse of aid funds have become more frequent and internationalised, involving multi-agency, inter-agency and cross-border efforts and initiatives, but new perspectives and new approaches to the fight of serious and complex fraud and corruption are still required.

For this reason, in July 2015 a new Financing for Development Agenda was adopted - the Addis Ababa Action Agenda (AAAA) - committing all nations to redouble efforts to substantially reduce illicit financial flows by 2030, with a view to eventually eliminating them.

As an integral part of the 2030 Agenda for Sustainable Development, adopted in September 2015, the AAAA complements the most significant anticorruption international instruments including the UNCAC - United Nations Convention against Corruption (2003), the OECD Anti-Bribery Convention (1999), the G20 Anti-Corruption Working Group and Action Plan (established since 2010), the Financial Action Task Force (established in 1989) and the Extractive Industries Transparency Initiative (launched in 2002).

In the EU context, in particular, the *New European Consensus on Development - Our World, Our Dignity, Our Future*⁸ signed in June 2017 aligns the Union's development policy with the 2030 Agenda. In this shared vision and framework for action for development cooperation, the EU and its Member States commit to give particular attention to combat illicit financial flows and tax avoidance, and to promote trade and responsible investment, namely by implementing a holistic and cross-sector policy approach supported in the OECD Policy Coherence for Sustainable Development (PCSD)⁹ which demands good governance policies pursued in partnership with all stakeholders and at all levels.

Even though the EU has a good institutional set-up for countering fraud and corruption in its own development and humanitarian aid operations, these are usually implemented through NGOs, contractors or other multilateral donors, often without a clear plan for anticorruption, due diligence, monitoring and evaluation.

Strengthening the focus on results and enhancing the credibility and legitimacy of the EU Development Cooperation policy requires more proactive corruption risk management from other aid implementing agents, and to support the establishment of strong national systems for corruption control.

⁷ <https://news.un.org/en/story/2012/07/415122-high-level-discussion-un-officials-highlight-costs-corruption-societies>

⁸ https://ec.europa.eu/europeaid/new-european-consensus-development-our-world-our-dignity-our-future_en

⁹ <http://www.oecd.org/about/sge/policy-coherence-for-sustainable-development-2018-9789264301061-en.htm>

This is particularly critical when ODA remains the largest source of support for economic growth and well-being in developing countries, but recent years have shown a significant reduction in the amounts specifically allocated to poverty reduction or to address social inequalities.

According to the CONCORD AidWatch report 2018, in the EU - collectively responsible for over 50% of all ODA - there was a 4% reduction in ODA in 2017 compared to 2016, which is the lowest since 2012. The EU is currently far from fulfilling its collective commitment to allocate 0.7% of Gross National Income to ODA, and annually fewer and fewer resources are specifically devoted to development cooperation.

All over Europe, National Agencies, NGOs and activists working in Development and Humanitarian Aid face an unprecedented pressure and public scrutiny about the use of ODA funds, largely as a result of the financial crisis and the advance of Populisms. Never before the impact and efficiency of aid initiatives has been so strongly questioned, and it is therefore crucial to safeguard the core values of ODA, namely by improving its integrity, transparency and accountability.

In close cooperation with TI Norway, TI Portugal aims to empower Portuguese and EU development and humanitarian aid programmes by assisting those directly involved in the disbursement and management of aid funds. The outcome will be a greater awareness and understanding for NGOs and all those involved in bilateral cooperation initiatives in the issues of fraud and corruption associated with development and humanitarian aid.

8h30: Registo

9h00: Boas Vindas e abertura

Luís Nuno Rodrigues. Diretor do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL)

Karina Carvalho. Diretora Executiva da Transparência e Integridade (TI-PT)

9h15: [Preventing Corruption in Development and Humanitarian Aid](#)



GRO SKAAREN-FYSTRO

Special Adviser, Transparency International Norway (TI-Norway)

Ms Gro Skaaren-Fystro joined TI-Norway in 2004. She has worked on corruption challenges in international aid, and led the programme for development of a joint training programme with International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (IFRC) on preventing corruption in humanitarian operations. As special adviser in TI-Norway she has worked on a number of anti-corruption projects targeting the private and public sectors, as well as the civil society. She has a background from United Nations Development Programme from 1995-2004, starting in Geneva with focus on humanitarian assistance and human rights. After a research consultancy at the Fridtjof Nansen Institute she moved on to New York as policy adviser on reforms for the United Nations' funds, programmes and specialized agencies. Subsequently she worked at the UN Resident Coordinator Office in Indonesia from with focus on joint development programmes provided by the UN agencies. In addition to her international experience, she has been consultant for the Ministry of Foreign Affairs in the government commission on north south and aid policies (1994-1995). Skaaren-Fystro holds a postgraduate degree (cand.polit) in social science from the University of Oslo from 1993.

10h15: [Conversa Moderada I. Tendências, Oportunidades e Desafios na implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. O lugar da corrupção.](#)



ANA LÚCIA SÁ

Diretora do Mestrado em Estudos Africanos do ISCTE-IUL

Doutora em Sociologia, é Professora Auxiliar no Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas e investigadora no centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL. É a diretora do Mestrado em Estudos Africanos do ISCTE-IUL. É Book Review Editor na African Studies Review. A sua investigação centra-se nas relações sociedade-Estado em regimes autoritários em África, na resiliência do autoritarismo e em movimentos sociais.



RAQUEL FREITAS

*Investigadora Associada do Centro de
Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)
do ISCTE*

Investigadora associada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do ISCTE-IUL, onde desenvolve investigação na área da ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento. É também perita da Comissão Europeia em processos de avaliação de projetos de investigação científica. Possui um doutoramento em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu (Florença) com uma tese sobre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Trabalhou como consultora nas áreas de direitos humanos, ajuda humanitária e construção da paz para o ACNUR. Foi entre 2005 e 2008 assessora do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Tem desenvolvido ao longo dos anos variado trabalho de investigação e ensino na área de segurança, ajuda humanitária, ajuda ao desenvolvimento, direitos humanos.



LUCAS OSLO

Governance and anticorruption Consultant

A lawyer by training, in 2012 Lucas joined Transparency International (TI) where he was Regional Coordinator for Central Africa and Programmes Coordinator in charge of Latin American and African countries. In both positions he has supported capacity development and policy support for local NGOs in the area of good governance. He also held the position of Interim Internal Managing Director of TI in 2016. His career in anti-corruption started in the private sector at Dow Jones - Risk and Compliance, as Africa Research Editor for Politically Exposed Persons, a due diligence tool. Lucas is a member of CEIDGE, one of the most important NGOs of his home country, Equatorial Guinea, where he is also a member of the bar association. In 2017, he published an Op-Ed in the New York Times regarding corruption in Equatorial Guinea where he denounced the role of financial institutions, companies and banks in the looting of African resources.

Moderador:



MANUEL MATOLA

Diretor Editorial do Jornal É@GORA

Jornalista, doutorando em História das Ciências e Educação Científica, com mais de 20 anos de carreira no mercado jornalístico moçambicano e de língua portuguesa: a Rádio das Nações (ONU News), Televisão Pública Portuguesa (RTP-África), Agência de Notícias Portuguesa (Lusa), e o Canal África, uma estação de rádio sul-africana, propriedade da South African Broadcasting Corporation (SABC), órgão de que é correspondente em Portugal desde 2018. No final de 2017, aceitou o desafio de fazer parte do serviço português da ONU News como Guest Editor na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. De 2003 a 2016, foi correspondente em Moçambique da Agência Portuguesa de Notícias. Em 2010 e durante quatro anos, trabalhou como correspondente da ONU News, em Maputo, mantendo as funções de Jornalista Multimédia da Lusa em Moçambique.

11h30: Coffee-break

11h45: **Conversa Moderada II. Como reforçar a transparência na Ajuda Humanitária e Cooperação para o Desenvolvimento através da capacitação das ONGs?**



RITA LEOTE

Diretora Executiva da Plataforma Portuguesa das ONGD

Mestre em Estudos de Desenvolvimento, pós-graduada em Economia Social e Solidária pelo ISCTE e licenciada em Relações Internacionais pelo ISCSP. É desde 2017 a Diretora Executiva da Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD). Entre 2004 e início de 2014 dedicou-se à área do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional, tendo colaborado com várias ONGD portuguesas nesta área. Tem considerável experiência na área do Voluntariado, quer a título pessoal, como voluntária desde os 17 anos em áreas tão diversas como os direitos humanos, o apoio social a populações vulneráveis e a formação, quer como profissional, tendo coordenado várias equipas de voluntários nacionais e internacionais. Nesta área foi gestora de programas da Confederação Portuguesa do Voluntariado entre 2014 e 2017.



JOÃO ANTUNES

Representante da Médecins Sans Frontières / Médicos Sem Fronteiras (MSF) em Portugal

Profissional humanitário versátil com vasta experiência em gestão de coordenação de projetos de emergência de campo, com um forte historial de formação e capacitação de pessoal nacional e internacional e experiência em trabalhar com diferentes interlocutores na Europa e na África. A trabalhar com os Médicos sem Fronteiras desde 2005, nos últimos anos como coordenador de emergências em diferentes contextos humanitários em missões como a epidemia do Ébola na Serra Leoa, a epidemia de Febre Amarela em Angola, Refugiados na Ruanda e no Sudão, e de violência e deslocados internos pelo Níger pelo grupo Boko Haram.



PEDRO MATOS

Programme Policy Officer in Yemen no World Food Programme/ Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas

Trabalhador humanitário no WFP/ Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, especializou-se na gestão de emergências e na implementação de mecanismos de controle da ajuda alimentar. Com o PAM há 10 anos, trabalhou em países como o Quênia, Sudão, Etiópia, Uganda, Yemen e Bangladesh, e coordenou a resposta humanitária em Moçambique na sequência do furacão Idai.



BALTAZAR FAEL

*Pesquisador Sênior do Centro de Integridade
Pública de Moçambique*

Licenciado em Direito e Mestrando em Direito Empresarial pelo ISCTEM e Universidade Nova de Lisboa, foi Procurador da República e docente do Instituto Superior de Estudos de Desenvolvimento Local. É atualmente consultor jurídico e lidera o trabalho de investigação aplicada no CIP Moçambique, ONG dedicada à promoção da transparência, anticorrupção e integridade em Moçambique, que é também o capítulo da Transparency International nesse país

Moderador:



PAULO AGOSTINHO

Editor Lusofonia e África da Agência LUSA

Jornalista de referência sobre questões da Lusofonia, integrado na Agência LUSA há mais de 20 anos, é também professor nas áreas de Comunicação e Media no Instituto Politécnico de Leiria e ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências

13h00: *Networking Snack*

A Transparência e Integridade é a representante portuguesa da Transparency International, coligação global anticorrupção presente em mais de 100 países. Criada em 2010, está também acreditada como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, é o Ponto de Contato em Portugal do Pilar da Sociedade Civil da Comunidade das Democracias e membro da Tax Justice Network. Através de investigação, informação e sensibilização sobre as causas e as consequências da corrupção e da má governança, e do desenvolvimento de ferramentas práticas de monitorização cívica, tem como missão mobilizar cidadãos e organizações públicas e privadas em prol da transparência e integridade públicas, em nome de uma democracia mais participada e inclusiva.

Transparência e Integridade (TI-PT) is the Portuguese Chapter of Transparency International global coalition against corruption.

Established in September 2010 is an accredited Non-Governmental Development Organization, Civil Society Focal Point (CSFP) for the Community of Democracies, and a member of Tax Justice Network.

TI-PT is the only NGO working in Portugal on research, information sharing and awareness-raising about the causes and consequences of corruption and poor governance. Advocating for public transparency and accountability on behalf of a more participatory and inclusive democracy, develops projects and practical tools to foster civic monitoring and engagement towards integrity.

Contacto e informações sobre o projeto [CleanAID](#)

Karina Carvalho

Diretora Executiva/ *Executive Director*

karina.carvalho@transparencia.pt

Rua dos Fanqueiros, 65, 3ªA - 1100-226 Lisboa, Portugal

Tel. +351 218873412 (Geral/ Office)

<https://transparencia.pt/cleanaid/>

JUNTOS NA LUTA ANTICORRUPÇÃO
Working together against corruption

TRANSPARENCIA.PT

R. dos Fanqueiros, 65 – 3ªA
1100-226 Lisboa
PORTUGAL
(+351) 21 887 34 12
secretariado@transparencia.pt